

eleição presidencial **BRASÍLIA-DF**

**PARTIDOS ESTUDAM
REAÇÕES JURÍDICAS
PARA O CASO DE O
TSE APROVAR A
CLÁUSULA DE
BARREIRA E A
VERTICALIZAÇÃO
DAS COLIGAÇÕES**



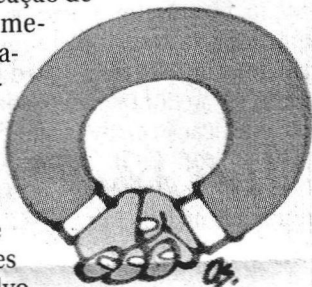
**POR
ARLETE SALVADOR**

arlete@correioweb.com.br

A saída é política

Líderes e presidentes de cinco partidos (PL, PT, PCdoB, PSB e PHS), que hoje se encontram com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Nelson Jobim, vão otimistas, mas precavidos. O grupo tem dois objetivos. Um deles é evitar a aplicação nas eleições deste ano da cláusula de barreira, que exige dos partidos a obtenção de 5% dos votos válidos para a Câmara. O outro, evitar a verticalização das coligações, como está sendo chamada a decisão que obrigaria os partidos a seguirem as alianças nacionais em seus acordos estaduais. Combinadas, as duas propostas são fatais para os pequenos partidos.

Vão otimistas porque acreditam que não há clima político para a aplicação de nenhuma das duas medidas este ano e precavidos porque estudam reações jurídicas para o caso de o TSE ir em frente com ambas. No caso da cláusula de barreira, já há opções em estudo pelos advogados. Uma delas é apressar a aprovação, na Câmara, de um projeto do deputado Haroldo de Lima (PCdoB), que reduz a cláusula de barreira de 5% para 2% do eleitorado.



“Esse é o índice mínimo de representação exigido na maior parte do mundo”, diz o deputado, que organizou o grupo de visitantes ao TSE. Segundo ele, seria possível pedir urgência na apreciação do projeto. “Mesmo não sendo prejudicados pela cláusula, os grandes e médios partidos se solidarizam com os pequenos, em geral, seus aliados eleitorais. Assim, não seria difícil conseguir a aprovação do projeto, acredita o deputado.

Complicada será a reação à exigência de verticalização das coligações. Haroldo reconhece que há vários advogados debruçados sobre a questão, mas nenhuma solução ainda à vista. A saída terá mesmo de ser política.